ESP-CENTRO MEDICO

Termo de Referência 123/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
123/2026	180220-ESP-CENTRO MEDICO	MILENA BARRETO	22/05/2026 09:25 (v 0.6)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00232252/2026-70

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição futura de materiais para manutenção de estoque do Centro Médico da Polícia Militar do Estado de São Paulo, nos termos da tabela **em anexo,** conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência, conforme segue:

Item 1 - Cateter Descartavel; Em Material Compativel; Uso Unico, Nasal Tipo Oculos, Prong Em Silicone Ou Similar, Com Extensao No Minimo 2,00m; Tamanho Adulto, Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

Item 2 - Valvula de Exalacao Tipo Fonatoria; Em Plastico Em Polipropileno Composta de Silicone e Plastico Abs; Tipo Valvula de Fala Modelo Pmv007 (verde) Passy Muir; Conectado Com Canula de Traqueostomia Em Pacientes,diametro Interno 15mm e Externo 2mm; Utilizada para Eliminar a Necessidade de Oclusao Com o Dedo Por Pacientes Traqueostomizados;

Item 3 - Vaselina; Categoria Comercial; Acidez 1ml; Densidade 0,84 a 0,89; Com Ponto de 42c a 44c; Porcentagem de 300c; Insoluvel Em Agua; Em Blocos; para Uso Em Histologia; Residuo de Calcinacao Sulfato Maximo 5%; Estado Fisico Liquido Fosco; Com Viscosidade 20c Min. 110mpas; Com Viscosidade 40c Min. 34,5 Cst; Acondicionado Em Embalagem Reforcada e Apropriada para o Produto; Rotulo Com Nr. de Lote, Data de Fabricacao/validade, Formula e Procedencia;

Item 4 - Drenos; Em Latex Natural, Flexivel, Atoxico,apirogenico; de Formato Tubular, Paredes Finas e Maleaveis ,oco,de Penrose,n.01,c/gaze Interna; de Uso Unico,descartavel,esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 5 - Kit para Drenagem de Torax; Composto de Frasco,conector,extensao, dreno, suporte para Base, alca para Transporte; Frasco C/tampa Rosqueada,c/filtro,capacidade 1000ml,com Graduacao Indelevel; Pinca Tipo Clamp C/trava de Seguranca; Conector Universal;extensao Em Material Translucido,medindo 1,20cm; Dreno Em Silicone,cal.38fr,flexivel,radiopaco,multiperfurado; Esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 6 - Fita Adesiva Cirurgica; Em Polietileno Microperfurado; Transparente; Com Massa Adesiva Antialergica a Base de Fibra de Resina Acrilica; Tendo Uma Face Com Perfeita Aderencia; Medindo (10cm x 4,5m); Embalado Em Legislacao Atual Vigente;

Item 7 - Restritor de Paciente; Acolchoado de Uretano, Apresentando Munhequeira e Tiras a Base de Poliester Com Fecho Descartavel; Aproximadamente 50 Cm; Individual,em Material Que Garanta a Integridade do Produto;

Item 8 – Dispositivo para Infusao Venosa Periferica; Com Agulha Em Aco Inox para Coleta de Sangue a Vacuo,para Coletas Multiplas; Com Bisel Trifacetado, Canhão Sem Rebarbas; Adaptador Luer,asas Flexiveis; Extensao de Prolongamento Tubo Em Pvc Flexivel,com 7 Polegadas de Comprimento; Calibre 23g,c/sistema Que Garanta Protecao Total Da Agulha Ou Com Dispositivo de Seguranca; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Apresentar Laudo Que Comprove Sua Esterilidade;

Item 9 – Touca Cirurgica Descartavel; Confeccionada a Base de Fibras 100% Polipropileno; Formato Anatomico, gramatura 20g; Com Capacidade de Ventilacao, resistente; Com Elastico Em Toda Sua Extensao, diametro de 30cm; o Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 10 – Fita Adesiva Cirurgica; Em Fios de Algodao Impermeavel,com Bordas Devidamente Acabadas; Branca; Com Massa Adesiva Antialergica a Base de Borracha Natural; Tendo Uma Face Com Perfeita Aderencia; Medindo (10cm x 4,5m),c/capa Protetora; Embalado Em Legislacao Atual Vigente;

Item 11 – Sonda Foley; Em Borracha Natural; Siliconizada; Esteril; Com Balao de Ate 30 Ml; Com 3 Vias; Numero do Calibre Estampado Em Local Visivel Calibre 22,embalada Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 12 – Sonda Levine para Sondagem Gastrica; Calibre 22fr; Longa, Aproximadamente 120 Cm; Transparente; Em Polivinil Siliconizado; Com Tampa Oclusiva, Adaptador Universal; Flexivel, Atoxica, Apirogenica, Uso Unico, Esteril, Embalagem Individual; Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica e Atenda a Legislacao Atual Vigente;

Item 13 – Sonda Uretral; Confeccionada Em Pvc, Sem Rebarbas de Manufatura; Atoxica, Apirogenica, Flexivel, Transparente; Com 35 Cm de Comprimento, Numero 4; Com Conector Universal; Siliconizada; Esteril; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 14 – Sonda Uretral; Confeccionada Em Pvc, Sem Rebarbas de Manufatura; Atoxica, Apirogenica, Flexivel, Transparente; Com No Minimo 35 Cm de Comprimento, Numero 8; Com Conector Universal, Com Tampa; Nao Siliconizada; Esteril; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

Item 15 – Tubo de Latex; Em Latex Flexivel,semi Transparente; Calibre N.200; Apresentacao Respeitando a Legialacao Atual Vigente; apresentação Emb. 15 metros

Item 16 – Antisseptico Bucal; Composto Por Digluconato de Clorexidina a 0,12%, Com Xilitol; Sabor Menta, Isento de Alcool e de Lauril Sulfatode Sodio; Embalado Em Frasco Plastico Com Bico Ou Copo Dosador; Constando Externamente Marca Comercial, Procedencia de Fabricação, Recomendações, Validade e Instruções; Validade Minima de 01 Ano a Partir Da Entrega

Item 17 – Benzina; Categoria Retificada; Derivado de Petroleo; para Retirada de Residuos; Acondicionado Em Acondicionado Em Frasco Apropriado e Reforcado Que Garanta a Integridade do Produto.; Rotulo Com Nr. de Lote, Data de Fabricacao/validade e Procedencia

Item 18 – Bisturi Descartavel; Esteril; Com Cabo Plastico e Lamina de Aco Carbono; Sem Rebarbas e Sinais de Oxidacao; Sendo Perfeitamente Conectado; N. 15,com Sistema de Seguranca Acionado Apos o Uso; Embalado Em Papel Grau Cirurgico Individualmente; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente

Item 19 – Canula de Traqueostomia Esteril Descartavel; Confeccionada Em Pvc,atoxico, flexivel, transparente; Composta Por Canula Externa Com Balao de Baixa Pressao; Canula Interior e Tampa de Vedacao, linha Radiopaca; Asas para Fixacao Com Impressao do Calibre Em Local Visivel,c/gravacao Indelevel; de Facil Manuseio Que Nao Cause Traumatismo Traqueal e Mandril Com Ponta Arredondada; Guarnicao de Insuflacao Universal para Seringas; Calibre 8,0,esteril; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente

Item 20 – Cateter P/ Embolectomia Arterial; Em Polivinil,atoxico,flexivel; Tamanho 2f; Com Marcacao 5cm, Com 80cm de Comprimento Aproximado, Com Fio Guia, Com Fixador para Seringa; Esteril; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

Item 21 – Cateter P/ Embolectomia Arterial; Em Polivinil,atoxico,flexivel; Tamanho 5f Com Marcacao; Com Marcacao 5cm; Esteril; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 22 – Sonda Nasogastrica Curta; Confeccionada Em Polivinil, Siliconizada; Flexivel, Atoxica, Apirogenica, Transparente, Descartavel; Com Tampa Oclusiva, Conector Universal; Calibre 12 Fr; Medindo 40 Cm de Comprimento; Esteril; Embalagem Individual, Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 23 – Fita Adesiva Cirurgica; Em Rayon Poliester, esteril, nao Oclusivo,embalagem individual; Branca; Com Massa Adesiva Antialergica de Acrilato Hipoalergenico; Tendo Com Perfeita Aderencia; Medindo Recorte Central P/saida de Equipos e Tubulacoes Med.50mm x 74mm C/ 2 Tiras Extras de 74mm x 12mm; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica;

Item 24 – Dispositivo Masculino para Incontinencia Urinaria; Confeccionado Em Copolimero Siliconizado; Com Ponta Funilada Adequado P/ Conexao Ao Tubo de Extensao do Coletor; Possuir Reservatorio de Forma Que Evite Dobras e Torcoes (bulbo); Composto de 1 Peca; Auto-adesivo; Hipoalergenico; de Com Aplicador para Facilitar a Colocacao; Com Bainha Pre-enrolada; Medio (30mm);

Item 25 – Especulo Auricular; Em Poliestireno; Uso Otológico, Descartável; 4mm; Em Formato de Cone; Compatível Com Otoscopio Heine, Modelo Mini 3000 Led Fo; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; a Rotulagem Deverá Obedecer a Legislação Vigente;

Item 26 – Atadura de Crepe; Em Tecido 100% Algodão Ou Misto; Com Dimensao de 15 Cm de Largura x 1,80 Mt de Comprimemto(em Repouso) Peso 32,71 Gramas; As Bordas Devem Ser Devidamente Acabadas, Evitando Desfiamento; Classe Tipo i e Elasticidade de 50%; Enrolada Uniformemente, em Forma Cilindrica; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Atender Que Comprove Cumprimento Nbr 14056

Item 27 – Adaptador Intermediario; Em Pvc Atoxico, transparente, apirogenico, p/conexao de Traqueostomia Ou Tubo Orotraqueal; Composto Por Peca Unica, Com Conector Em Cotovelo e 01 Cateter Mount; Em Traqueia Corrugada de 15mm Interno e 22mm Externo, Com Duplo Swivel; Abertura Superior de 4 Mm Com Tampa. Esteril,descartavel; Extensao Flexivel Com Memoria Medindo 9 Cm Fechada e 14 Cm Aberta.conector Distal 12 Mm Interno; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente.embalado Em Material Que Garanta a Barreira Microbiana C/abertura Asseptic

Item 28 – Glutaraldeido; Concentracao/dosagem do Produto de 2%; Forma de Apresentacao Embalagem Contendo 5 Litros; Forma Farmaceutica Solucao Pronta para Uso, Sem Ativador, Com Ph Neutro (6 +/- 1); Indicacao de Uso Desinfetante Em 10 Minutos e Esterilizante Em 1 Hora; Tempo de Atividade Máximo de 30 Dias;

Item 29 – Lamina para Tricotomizador Cirurgico; Em Aco Inoxidavel,descartavel; Para: Tonsura de Pelos Finos,espesso,molhados e Secos; Em Blister; Compativel Com: Tricotomizador Eletrico/bateria Tipo Nimh Com Dispositivo Tipo Led Marca 3 M; Com Concessao Gratuita do Equipamento; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; Com concessão gratuita de 01 aparelho a cada 100 lâminas

Item 30 – Mascara Laringea; Em Pvc Radiopaco, C/ Linha de Insuflacao do Cuff, Aletas Centrais de Seguranca; Com Cuff Anatomico P/ Evitar Dobras, Selo No Esfincter Esofagico para Melhor Vedacao Das Vias Aereas; Numero 5, Com Conector de 15mm Fixado Ao Tubo, Suporta Pressao de Vedacao de Ate 20cm H2o; Esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 31 – Seringa Descartavel; Em Plastico,atoxico,apirogenico Integro, Resistente; Apresentando Rigidez e Resistencia Mecanica Na Sua Utilizacao; Corpo Com Graduacao Milimetrada; Embolo Borracha Atoxica Na Ponta; Bico Central, Luer Lock; Esteril; Siliconizada; Com Capacidade de Minimo de 50 e No Maximo de 60 Ml; Sem Agulha; o Produto Devera Atender Laboratorial Que Comprove o Cumprimento Da Nbr Iso 7886;

Item 32 – Mascara Cirurgica Descartavel; Em Fibra Sintetica; Com Dimensoes Em Torno de 18 x 9 Cm (cxl); Com Camada Impermeavel a Liquidos; Com Clip Nasal e 3 Pregas Horizontais; Elastico P/fixacao Auricular, Com Comprimento Minimo de 15 Cm Em Cada Lado; 3 Camadas; Camada Interna Filtrante C/eficiencia de Filtragem Bacteriana (bfe) Maior Ou Igual a 95%; 2 Camadas Em Tnt e 1 de Elemento Filtrante; Clip Nasal de Aluminio Totalmente Recoberto, Flexivel; Filtro Com Ventilacao Adequada; Com Capacidade Defiltracao de Particulas Ate 0.5 Microns; Embalagem Que Permita Retirada Individual; Hipoalergica, Atoxica, Inodora; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

Item 33 – Agulha para Anestesia Raquidiana Descartavel; Confeccionada Em Aco Inox; Bisel Tipo Quincke; Calibre 22 g x 3 1/2 Polegada, Diametro Externo de 0,70 Mm 88 Mm de Comprimento; Canhao Uso Esteril; Embalagem Individual Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Abertura e Transferencia Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como bens comuns, pois são “aqueles que se encontram disponíveis a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são aptas a satisfazer as necessidades da Administração Pública” (Filho. Marçal Justen. Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, 5ª ed., São Paulo: Dialética, 2009, p. 37)., conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. Os objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei n°14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.4.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

1.4.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.4.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.5. O preço inicialmente ajustado é fixo e irreajustável pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 22/05/2026.

1.6. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice nos termos da Resolução CM-CMED N.º 4 de 30 de março de 2026, ou instrumento que a substituir (https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/legislacao/RESOLUOCMCMEDN.4DE30DEMARODE2026DOU.pdf), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.6.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.6.1.1. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação.

1.6.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.6.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.6.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.7. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias , contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

1.8. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.9. O contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O prazo de vigência da licitação será pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, mediante acordo entre as partes e anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021; havendo possibilidade jurídica de renovação do quantitativo remanescente e do inicialmente registrado, conforme item IV, subitem 17, do Parecer Referencial CJ/PM nº 1/2026, o qual trata do quantitativo da Ata de Registro de Preços (ARP) a ser prorrogado.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a e Lei nº 6.360, de 1976 Decreto nº 8.077, de 2013;

4.1.2. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO n° 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do bem é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (05) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, Almoxarifado da Farmácia, Avenida Nova Cantareira, 3659, Tucuruvi, São Paulo/SP, CEP 02341-001. No horário das 07:00às 12:00 e das 14:00 às 17:00, de segunda à sexta-feira.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.5. Os materiais deverão ser transportados e entregues com o acondicionamento adequado, de acordo com as instruções do fabricante.

5.6. A entrega de produtos com data de validade inferior ao previsto no item 5.4. só poderá ocorrer mediante autorização prévia da Divisão de Abastecimento Farmacêutico e a emissão de Carta de Comprometimento de Troca do produto.

5.7. Não serão aceitas entregas via Correios.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 8 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis. Para contratação decorrente de despesa cujo valor ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 8 (oito) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

> 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata, conforme emissão da Nota de Empenho.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio *https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor*;

8.7. **Sociedade empresária**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Ato de autorização, conforme recomendação do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

8.12.1. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

8.12.2. Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

8.12.3. Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.24. Autorização e/ou licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária do domicílio ou sede do licitante, vigente no exercício, com a atividade da empresa compatível com o material ofertado, nos termos da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014.

8.24.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Outras comprovações

8.25. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão.

8.25.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 442.734,60

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R$ 442.734,60** (Quatrocentos e quarenta e dois mil setecentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação fica condicionada a existência de dotação indicada pela UOPM, através da Diretoria de Finanças da Polícia Militar prevista na LOA 2026.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

TATHIANE ALMEIDA GONCALVES CORREA

Equipe de apoio

Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 09:25:59.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO MÉDICO - UASG 180220
PESQUISA DE PREÇO CONFORME DECRETO Nº 67.888, DE 17 DE AGOSTO DE 2023
Divisão de Abastecimento Farmacêutico - Setor de Gestão de Produtos Para Saúde - PARTE Nº CMED - 282/464/2026 **A**
pesquisa de preço detalhada na plataforma do Compras Gov nº 766/2026

Item	Descrição	Siafísico	CATMAT	Quantidade solicitada	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total	QTIDE ADQUIRIDA EM 2023	QTIDE ADQUIRIDA EM 2024	QTIDE ADQUIRIDA EM 2025	DFD	OBS
1	Cateter Desc. Nasal Tipo Oculos Prong Em Silicone Ou Similar Adulto	3573672	621734	6.000	Unidade	R$ 1,57	R$ 9.420,0000	0	0	5.500	273/2025	
2	Valvula de Exalacao Tipo Fonatoria	3442314	621070	200	Unidade	R$ 331,50	R$ 66.300,0000	20	0	0	275/2025	
3	Vaselina Liquida Comercial , Acidez 01ml, Densidade 0, 84 a 0, 89	174475	431301	60	Frasco 1000 Mililitro	R$ 45,67	R$ 2.740,2000	20	0	20	277/2025	
4	Dreno Penrose, N.01, Latex, C/gaze, Esteril	216097	464737	150	Unidade	R$ 2,65	R$ 397,5000	0	0	50	274/2025	
5	Kit Dren.torax, Frasco 1000ml, Dreno Cal.38fr, Silicone, Esteril	399876	619322	100	Unidade	R$ 25,00	R$ 2.500,0000	20	0	30	274/2025	
6	Fita Ades.cirur.poliet.transp.res.acril.(10cm x 4, 5m)	740330	631699	2.000	Unidade	R$ 10,49	R$ 20.980,0000	0	0	100	276/2025	
7	Restritor de Paciente, Uretano, C/munhequeira, Em Poliester, 50cm	1021648	617989	2.000	Unidade	R$ 14,60	R$ 29.200,0000	1.900	0	1.600	275/2025	
8	Dispositivo P/infusao Venosa Periferica P/coleta Vacuo Cal.23g	2334020	437167	30.000	Unidade	R$ 0,85	R$ 25.500,0000	8.000	13.400	7.500	274/2025	
9	Touca Cirur., Desc, Polipropileno, Gramatura 20g	740144	428619	60.000	Unidade	R$ 0,07	R$ 4.200,0000	22.000	68.000	30.000	277/2025	
10	Fita Ades.cirur.algo.br, Eter Sintet.(10cmx4, 5m)	181358	631790	2.000	Unidade	R$ 8,03	R$ 16.060,0000	2.000	0	500	275/2025	
11	Sonda Foley, Bor.nat.balao 30ml, 3vias, Cal.22, Esteril, Emb.p.g.c	177067	436004	200	Unidade	R$ 2,75	R$ 550,0000	0	0	250	275/2025	
12	Sonda Levine para Sondagem Gastrica, Polivinil, 22fr, Longa, Esteril	3002950	449606	200	Unidade	R$ 1,80	R$ 360,0000	60	0	0	275/2025	
13	Sonda Uretral Em Pvc, Numero 4, 35 Cm, Siliconizada, Esteril	3011160	452538	200	Unidade	R$ 0,65	R$ 130,0000	0	0	30	275/2025	
14	Sonda Uretral Em Pvc, Numero 8, 35 Cm, Nao Siliconizada, Esteril	3011216	438409	300	Unidade	R$ 0,64	R$ 192,0000	500	0	100	275/2025	
15	Tubo Latex, Transparente, N.200	141151	445573	3000	Metro	R$ 2,70	R$ 8.100,0000	2.250	0	0	275/2025	
16	Antisseptico Bucal:digl.clorexidina 0, 12%, C/xilitol, Sabor Menta	4851595	341174	230	Frasco 1000 Mililitro	R$ 58,48	R$ 13.450,4000	0	48	48	277/2025	
17	Benzina Categoria Retificada	409499	380630	10	Litro	R$ 50,78	R$ 507,8000	0	0	0	277/2025	Baixo consumo
18	Bisturi Desc.c/cabo Plast.e Lam.aco Carbono C/sistema Seg.nº 15 Esteri	3524779	412835	2200	Unidade	R$ 2,00	R$ 4.400,0000	0	0	1.000	277/2025	
19	Canula Traqueost., Pvc, Desc, C/balao, Cal.8, 0, Rad., Esteril	177474	438090	120	Unidade	R$ 12,60	R$ 1.512,0000	0	0	30	277/2025	
20	Cateter P/embolectomia, Polivinil, Tam 2f, C/marcacao, Esteril	601152	459977	40	Unidade	R$ 117,31	R$ 4.692,4000	0	0	10	273/2025	
21	Cateter P/embolectomia, Polivinil, Tam 5f, C/marcacao, Esteril	308200	459973	40	Unidade	R$ 129,50	R$ 5.180,0000	0	0	10	273/2025	
22	Sonda Nasogastrica Curta, Polivinil, Siliconizada, 12 Fr, Esteril	2995875	438397	50	Unidade	R$ 0,79	R$ 39,5000	100	0	0	275/2025	
23	Fita Ades.cirur.rayon Poliest.c/recort.central(50mmx74mm)c/tira Extra	2365812	483397	60.000	Unidade	R$ 1,25	R$ 75.000,0000	32.000	8.000	22.000	274/2025	
24	Disp.masculino P/incontinencia Urinaria 1 Peca Auto Ad.medio 30mm	2970554	481457	800	Unidade	R$ 2,35	R$ 1.880,0000	1.000	0	500	274/2025	
25	Especulo Auricular Descartável	5302820	479783	3000	Unidade	R$ 0,80	R$ 2.400,0000	0	5.000	0	274/2025	
26	Atadura Crepe, Em Tecido 100% Algodao Ou Misto	129070	628389	20.000	Embalagem 1 Unidade	R$ 0,84	R$ 16.800,0000	8.040	5.400	4.092	275/2025	
27	Adaptador Intermediario Com Conector Em Cotovelo e 01 Cateter Mount	4597095	615987	120	Unidade	R$ 23,29	R$ 2.794,8000	50	0	50	273/2025	
28	Glutaraldeido 2%, Solucao, Ativ.30 Dias	2062798	389527	300	Galão 5 Litro	R$ 142,46	R$ 42.738,0000	140	200	250	274/2025	
29	Lamina para Tricotomizador Cirurgico Inox Comp.tricot.eletrico 3m Nimh	3130959	445397	4000	Unidade	R$ 16,00	R$ 64.000,0000	1.200	1.000	1.000	275/2025	
30	Mascara Laringea, Em Pvc Radiopaco, Numero 5, Esteril	2977621	451036	100	Unidade	R$ 16,00	R$ 1.600,0000	150	0	0	275/2025	
31	Seringa Desc.bico Central Luer Lock, Min. 50ml e No Max. 60ml, S/agulha	974323	439629	2000	Unidade	R$ 1,40	R$ 2.800,0000	3.000	0	2.000	275/2025	
32	Mascara Cirurgica Descartavel Em Torno de 18x9cm 3 Pregas Horizontais 3 Camadas	6079741	485312	130.000	Unidade	R$ 0,11	R$ 14.300,0000	0	0	0	277/2025	Item recém padronizado
33	Agulha P/anestesia Raquidiana Descartavel Quincke 22 g x 3 1/2 Pol	4718755	626576	150	Unidade	R$ 13,40	R$ 2.010,0000	0	0		273/2025	Item solicitado por meio do Formulário de Solicitação de Materiais Descartáveis para Saúde Não Padronizados
						TOTAL:	R$ 442.734,6000					

ITEM	OBSERVAÇÃO: Cotação do item realizada pela internet:
item 6 n° 2	Medjet Ltda. - CNPJ: 16.877.544/0001-76
item 33 n° 3	Medical Lage - CNPJ: 15.557.757/0001-58

ELABORADO POR:
MILENA BARRETO
CB PM 144563-4

ESP-CENTRO MEDICO

Estudo Técnico Preliminar 137/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00232252/2026-70

2. Descrição da necessidade

A presente solicitação de futura aquisição de produtos para saúde se faz necessária para o tratamento, cirurgias, exames e continuidade no atendimento dos pacientes deste Centro Médico, demonstrada pelos quantitativos com base nas aquisições dos últimos 03 (três) anos anos e por meio da informação contida na solicitação feita, via Formulário de Solicitação de Materiais Descartáveis Não Padronizados.

Os materiais solicitados, com exceção do item 33, não padronizado e solicitado através de Formulário de Solicitação de Materiais Descartáveis para Saúde Não Padronizados, autorizado pelo chefe deste Centro Médico, integram a relação de itens padronizados do hospital conforme Comissão de Seleção de Materiais Hospitalares (CSMH). O item 32 é recém padronizado. O item 17 possui baixo consumo.

Essa solicitação avulta-se como imprescindível, pois será empregado no tratamento dos pacientes, considerando que em 2025 foram atendidas 85.825 pessoas neste Centro Médico, conforme informação da Chefia de Divisão de Ensino, Pesquisa, Qualidade e Controle de Pacientes.

RAZÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A abertura do atual processo licitatório tem por finalidade atender as demandas deste Centro Médico, assim como Centro de reabilitação. O prazo de vigência será pelo período de 01 (um) ano, podendo haver prorrogação por igual período, mediante anuência do fornecedor, inclusive para manutenção ou renovação de quantitativo, quando da prorrogação.

DA DEMANDA CONTRATADA X QUANTIDADE DO MATERIAL A SER FORNECIDO

As quantidades solicitadas dos materiais foram estimadas considerando o histórico das aquisições dos últimos 03 (três) anos (2023, 2024 e 2025), em anexo ao Processo SEI e as quantidades/embalagens normalmente ofertadas pelo mercado. No entanto, considerando que novos tratamentos ou protocolos possam surgir, aumentando a previsibilidade do consumo, alguns itens tiveram as quantidades solicitadas aumentadas. A quantidade do item não padronizado foi estimada de acordo com o consumo indicado para o material no Formulário.

O Sistema de Registro de Preços permitirá a realização de aquisições conforme a demanda, alinhadas à capacidade de estocagem, data de validade dos itens, sazonalidade das enfermidades, disponibilidade de pessoal, equipamentos e outros fatores.

Foi utilizado o Sistema ETP Digital e a fiel observância dos procedimentos contidos no Manual do referido sistema, disponibilizado no Portal de Compras do Estado de São Paulo, em cumprimento ao disposto nos §§ 1° e 2°, do artigo 1°, do Decreto Estadual n° 68.017/2023.

Na presente contratação será admitida a indicação dos materiais, conforme descritivo abaixo:

Item 1 - Cateter Descartavel; Em Material Compativel; Uso Unico, Nasal Tipo Oculos, Prong Em Silicone Ou Similar, Com Extensao No Minimo 2,00 m; Tamanho Adulto, Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

Item 2 - Valvula de Exalacao Tipo Fonatoria; Em Plastico Em Polipropileno Composta de Silicone e Plastico Abs; Tipo Valvula de Fala Modelo Pmv007 (verde) Passy Muir; Conectado Com Canula de Traqueostomia Em Pacientes,diametro Interno 15mm e Externo 2mm; Utilizada para Eliminar a Necessidade de Oclusao Com o Dedo Por Pacientes Traqueostomizados;

Item 3 - Vaselina; Categoria Comercial; Acidez 1ml; Densidade 0,84 a 0,89; Com Ponto de 42c a 44c; Porcentagem de 300c; Insoluvel Em Agua; Em Blocos; para Uso Em Histologia; Residuo de Calcinacao Sulfato Maximo 5%; Estado Fisico Liquido Fosco; Com Viscosidade 20c Min. 110mpas; Com Viscosidade 40c Min. 34,5 Cst; Acondicionado Em Embalagem Reforcada e Apropriada para o Produto; Rotulo Com Nr. de Lote, Data de Fabricacao /validade, Formula e Procedencia;

Item 4 - Drenos; Em Latex Natural, Flexivel, Atoxico,apirogenico; de Formato Tubular, Paredes Finas e Maleaveis ,oco,de Penrose,n.01,c/gaze Interna; de Uso Unico,descartavel,esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 5 - Kit para Drenagem de Torax; Composto de Frasco,conector,extensao, dreno, suporte para Base, alca para Transporte; Frasco C/tampa Rosqueada,c/filtro,capacidade 1000ml,com Graduacao Indelevel; Pinca Tipo Clamp C/trava de Seguranca; Conector Universal;extensao Em Material Translucido,medindo 1,20cm; Dreno Em Silicone,cal.38fr,flexivel,radiopaco,multiperfurado; Esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 6 - Fita Adesiva Cirurgica; Em Polietileno Microperfurado; Transparente; Com Massa Adesiva Antialergica a Base de Fibra de Resina Acrilica; Tendo Uma Face Com Perfeita Aderencia; Medindo (10cm x 4,5m); Embalado Em Legislacao Atual Vigente;

Item 7 - Restritor de Paciente; Acolchoado de Uretano, Apresentando Munhequeira e Tiras a Base de Poliester Com Fecho Descartavel; Aproximadamente 50 Cm; Individual,em Material Que Garanta a Integridade do Produto;

Item 8 – Dispositivo para Infusao Venosa Periferica; Com Agulha Em Aco Inox para Coleta de Sangue a Vacuo,para Coletas Multiplas; Com Bisel Trifacetado, Canhão Sem Rebarbas; Adaptador Luer,asas Flexiveis; Extensao de Prolongamento Tubo Em Pvc Flexivel,com 7 Polegadas de Comprimento; Calibre 23g,c/sistema Que Garanta Protecao Total Da Agulha Ou Com Dispositivo de Seguranca; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Apresentar Laudo Que Comprove Sua Esterilidade;

Item 9 – Touca Cirurgica Descartavel; Confeccionada a Base de Fibras 100% Polipropileno; Formato Anatomico, gramatura 20g; Com Capacidade de Ventilacao, resistente; Com Elastico Em Toda Sua Extensao, diametro de 30cm; o Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 10 – Fita Adesiva Cirurgica; Em Fios de Algodao Impermeavel,com Bordas Devidamente Acabadas; Branca; Com Massa Adesiva Antialergica a Base de Borracha Natural; Tendo Uma Face Com Perfeita Aderencia; Medindo (10cm x 4,5m),c/capa Protetora; Embalado Em Legislacao Atual Vigente;

Item 11 – Sonda Foley; Em Borracha Natural; Siliconizada; Esteril; Com Balao de Ate 30 Ml; Com 3 Vias; Numero do Calibre Estampado Em Local Visivel Calibre 22,embalada Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 12 – Sonda Levine para Sondagem Gastrica; Calibre 22fr; Longa, Aproximadamente 120 Cm; Transparente; Em Polivinil Siliconizado; Com Tampa Oclusiva, Adaptador Universal; Flexivel, Atoxica, Apirogenica, Uso Unico, Esteril, Embalagem Individual; Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica e Atenda a Legislacao Atual Vigente;

Item 13 – Sonda Uretral; Confeccionada Em Pvc, Sem Rebarbas de Manufatura; Atoxica, Apirogenica, Flexivel, Transparente; Com 35 Cm de Comprimento, Numero 4; Com Conector Universal; Siliconizada; Esteril; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 14 – Sonda Uretral; Confeccionada Em Pvc, Sem Rebarbas de Manufatura; Atoxica, Apirogenica, Flexivel, Transparente; Com No Minimo 35 Cm de Comprimento, Numero 8; Com Conector Universal, Com Tampa; Nao Siliconizada; Esteril; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

Item 15 – Tubo de Latex; Em Latex Flexivel,semi Transparente; Calibre N.200; Apresentacao Respeitando a Legialacao Atual Vigente; apresentação Emb. 15 metros

Item 16 – Antisseptico Bucal; Composto Por Digluconato de Clorexidina a 0,12%, Com Xilitol; Sabor Menta, Isento de Alcool e de Lauril Sulfatode Sodio; Embalado Em Frasco Plastico Com Bico Ou Copo Dosador; Constando Externamente Marca Comercial, Procedencia de Fabricação, Recomendações, Validade e Instruções; Validade Minima de 01 Ano a Partir Da Entrega

Item 17 – Benzina; Categoria Retificada; Derivado de Petroleo; para Retirada de Residuos; Acondicionado Em Acondicionado Em Frasco Apropriado e Reforcado Que Garanta a Integridade do Produto.; Rotulo Com Nr. de Lote, Data de Fabricacao/validade e Procedencia

Item 18 – Bisturi Descartavel; Esteril; Com Cabo Plastico e Lamina de Aco Carbono; Sem Rebarbas e Sinais de Oxidacao; Sendo Perfeitamente Conectado; N. 15,com Sistema de Seguranca Acionado Apos o Uso; Embalado Em Papel Grau Cirurgico Individualmente; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente

Item 19 – Canula de Traqueostomia Esteril Descartavel; Confeccionada Em Pvc,atoxico, flexivel, transparente; Composta Por Canula Externa Com Balao de Baixa Pressao; Canula Interior e Tampa de Vedacao, linha Radiopaca; Asas para Fixacao Com Impressao do Calibre Em Local Visivel,c /gravacao Indelevel; de Facil Manuseio Que Nao Cause Traumatismo Traqueal e Mandril Com Ponta Arredondada; Guarnicao de Insuflacao Universal para Seringas; Calibre 8,0,esteril; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 20 – Cateter P/ Embolectomia Arterial; Em Polivinil,atoxico,flexivel; Tamanho 2f; Com Marcacao 5cm, Com 80cm de Comprimento Aproximado, Com Fio Guia, Com Fixador para Seringa; Esteril; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

Item 21 – Cateter P/ Embolectomia Arterial; Em Polivinil,atoxico,flexivel; Tamanho 5f Com Marcacao; Com Marcacao 5cm; Esteril; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 22 – Sonda Nasogastrica Curta; Confeccionada Em Polivinil, Siliconizada; Flexivel, Atoxica, Apirogenica, Transparente, Descartavel; Com Tampa Oclusiva, Conector Universal; Calibre 12 Fr; Medindo 40 Cm de Comprimento; Esteril; Embalagem Individual, Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 23 – Fita Adesiva Cirurgica; Em Rayon Poliester, esteril, nao Oclusivo,embalagem individual; Branca; Com Massa Adesiva Antialergica de Acrilato Hipoalergenico; Tendo Com Perfeita Aderencia; Medindo Recorte Central P/saida de Equipos e Tubulacoes Med.50mm x 74mm C/ 2 Tiras Extras de 74mm x 12mm; Embalado Em Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica;

Item 24 – Dispositivo Masculino para Incontinencia Urinaria; Confeccionado Em Copolimero Siliconizado; Com Ponta Funilada Adequado P/ Conexao Ao Tubo de Extensao do Coletor; Possuir Reservatorio de Forma Que Evite Dobras e Torcoes (bulbo); Composto de 1 Peca; Auto-adesivo; Hipoalergenico; de Com Aplicador para Facilitar a Colocacao; Com Bainha Pre-enrolada; Medio (30mm);

Item 25 – Especulo Auricular; Em Poliestireno; Uso Otológico, Descartável; 4mm; Em Formato de Cone; Compatível Com Otoscopio Heine, Modelo Mini 3000 Led Fo; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; a Rotulagem Deverá Obedecer a Legislação Vigente;

Item 26 – Atadura de Crepe; Em Tecido 100% Algodão Ou Misto; Com Dimensao de 15 Cm de Largura x 1,80 Mt de Comprimemto(em Repouso) Peso 32,71 Gramas; As Bordas Devem Ser Devidamente Acabadas, Evitando Desfiamento; Classe Tipo i e Elasticidade de 50%; Enrolada Uniformemente, em Forma Cilindrica; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Atender Que Comprove Cumprimento Nbr 14056

Item 27 – Adaptador Intermediario; Em Pvc Atoxico, transparente, apirogenico, p/conexao de Traqueostomia Ou Tubo Orotraqueal; Composto Por Peca Unica, Com Conector Em Cotovelo e 01 Cateter Mount; Em Traqueia Corrugada de 15mm Interno e 22mm Externo, Com Duplo Swivel; Abertura Superior de 4 Mm Com Tampa. Esteril,descartavel; Extensao Flexivel Com Memoria Medindo 9 Cm Fechada e 14 Cm Aberta.conector Distal 12 Mm

Interno; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente.embalado Em Material Que Garanta a Barreira Microbiana C/abertura Asseptic

Item 28 – Glutaraldeido; Concentracao/dosagem do Produto de 2%; Forma de Apresentacao Embalagem Contendo 5 Litros; Forma Farmaceutica Solucao Pronta para Uso, Sem Ativador, Com Ph Neutro (6 +/- 1); Indicacao de Uso Desinfetante Em 10 Minutos e Esterilizante Em 1 Hora; Tempo de Atividade Máximo de 30 Dias;

Item 29 – Lamina para Tricotomizador Cirurgico; Em Aco Inoxidavel,descartavel; Para: Tonsura de Pelos Finos,espesso,molhados e Secos; Em Blister; Compativel Com: Tricotomizador Eletrico/bateria Tipo Nimh Com Dispositivo Tipo Led Marca 3 M; Com Concessao Gratuita do Equipamento; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; Com concessão gratuita de 01 aparelho a cada 100 lâminas

Item 30 – Mascara Laringea; Em Pvc Radiopaco, C/ Linha de Insuflacao do Cuff, Aletas Centrais de Seguranca; Com Cuff Anatomico P/ Evitar Dobras, Selo No Esfincter Esofagico para Melhor Vedacao Das Vias Aereas; Numero 5, Com Conector de 15mm Fixado Ao Tubo, Suporta Pressao de Vedacao de Ate 20cm H2o; Esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Atual Vigente;

Item 31 – Seringa Descartavel; Em Plastico,atoxico,apirogenico Integro, Resistente; Apresentando Rigidez e Resistencia Mecanica Na Sua Utilizacao; Corpo Com Graduacao Milimetrada; Embolo Borracha Atoxica Na Ponta; Bico Central, Luer Lock; Esteril; Siliconizada; Com Capacidade de Minimo de 50 e No Maximo de 60 Ml; Sem Agulha; o Produto Devera Atender Laboratorial Que Comprove o Cumprimento Da Nbr Iso 7886;

Item 32 – Mascara Cirurgica Descartavel; Em Fibra Sintetica; Com Dimensoes Em Torno de 18 x 9 Cm (cxl); Com Camada Impermeavel a Liquidos; Com Clip Nasal e 3 Pregas Horizontais; Elastico P/fixacao Auricular, Com Comprimento Minimo de 15 Cm Em Cada Lado; 3 Camadas; Camada Interna Filtrante C/eficiencia de Filtragem Bacteriana (bfe) Maior Ou Igual a 95%; 2 Camadas Em Tnt e 1 de Elemento Filtrante; Clip Nasal de Aluminio Totalmente Recoberto, Flexivel; Filtro Com Ventilacao Adequada; Com Capacidade Defiltracao de Particulas Ate 0.5 Microns; Embalagem Que Permita Retirada Individual; Hipoalergica, Atoxica, Inodora; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

Item 33 – Agulha para Anestesia Raquidiana Descartavel; Confeccionada Em Aco Inox; Bisel Tipo Quincke; Calibre 22 g x 3 1/2 Polegada, Diametro Externo de 0,70 Mm 88 Mm de Comprimento; Canhao Uso Esteril; Embalagem Individual Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Abertura e Transferencia Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Abastecimento Farmacêutico	elke sarraipo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. CRITÉRIO DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.1.2. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO N° 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado.

4.1.2.1. Nenhum material, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde, conforme art. 12 da Lei 6.360,de 23 de setembro de 1976.

4.1.2.2. Caso o registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado sua revalidação sem que tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido requerido no máximo até o primeiro semestre do último ano quinquênio de validade do registro, conforme disposto no art. 12,§ 6° da Lei N. 6.360/76, regulamentada pelo Decreto N. 8.077, de 14 de agosto de 2013.

4.1.3. O licitante obrigatoriamente deve apresentar a Autorização de Funcionamento da Empresa(AFE).

4.1.4. A proposta deverá conter, ainda:

Número do Registro na ANVISA para os produtos ofertados e quantidade do item fornecido por embalagem secundária (caixa) a fim de evitar o seu fracionamento na entrega.

4.2. DA VALIDADE DO PRODUTO

4.2.1. Por ocasião da entrega do objeto, os materiais deverão apresentar os seguintes critérios de validade:

4.2.1.1. Validade mínima de 50% (cinquenta por cento) a partir da data de fabricação.

4.2.1.2. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses itens, o hospital, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.

4.3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.3.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do(a) emissão da nota de empenho ou da data estabelecida no contrato, em remessa única, no seguinte endereço:

4.3.1.1. HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, Almoxarifado da Farmácia, no andar térreo, Avenida Nova Cantareira, 3659, Tucuruvi, São Paulo/SP, CEP 02341-001. No horário das 07:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00, de segunda à sexta-feira.

4.3.2. A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da NOTA DE EMPENHO ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

4.3.2.1. A Nota de Empenho, será emitida no Sistema SIAFEM.

4.3.3. O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada em até 05 (cinco) dias antes da data da entrega, e formalmente aceita pela Autoridade Competente.

4.3.4. A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

4.3.5. Caberá à Chefia do Depósito Central da Farmácia, com o auxílio dos Setores solicitantes, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceite dos materiais conforme as especificações do edital e com a emissão de Termo de Recebimento Provisório e Termo de Recebimento Definitivo.

4.3.5.1 Termo de Recebimento Provisório, através do ateste por meio de carimbo na nota fiscal do produto.

4.3.5.2 Termo de Recebimento definitivo.

4.3.6. O recebimento do material licitado está condicionado à conferência, avaliações qualitativa se aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeito sou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

4.3.7. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.3.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, pelo gestor do contrato/NE.

4.3.9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de :

4.3.9.1 03 (três) dias úteis, para contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.3.9.2 08 (oito) dias úteis, para contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.3.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Das possíveis soluções existentes no mercado:

5.1.1. Foi observado que para a aquisição de materiais, os estabelecimentos de saúde congêneres, em especial os hospitais e as entidades públicas, realizam a contratação por meio de Pregão Eletrônico, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

5.2. Das possíveis formas de contratação/aquisição:

5.2.1. Das Formas:

5.2.1.1. Forma 1- Manifestar intenção de registro de preços junto à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES), na condição de participante e fazer a contratação do item após a publicação da ATA;

5.2.1.2. Forma 2 - Realizar licitação própria.

5.3. Da análise das formas de contratação:

5.3.1. Forma 1 - para os itens que não estão contemplados em ATAS vigentes da SES ou estão em ATAs SES, porém o quantitativo disponível na ATA pode não atender a necessidade deste Centro Médico pelo período de 12 (doze) meses ou ainda, a vigência da ATA SES está vencendo nos próximos meses, será optado pela realização de licitação própria, nos termos da Forma 2;

5.3.2. Forma 2 – realizar licitação própria.

5.4. Da conclusão:

5.4.1. Diante do exposto, será optado pela realização de licitação própria, nos termos da Forma 2, para a execução da solução, com a formação de Sistema de Registro de Preços. Essa modalidade tende a gerar economia nas aquisições, pois dispensa a necessidade de grandes áreas de armazenamento. Além disso, o licitante vencedor, ao assinar a Ata de Registro de Preços, compromete-se a fornecer os materiais pelo preço acordado, conforme a demanda da Administração.

5.4.2. Quanto a pesquisa de IRP, foi localizado IRP aberta para os itens 08 e 26, porém os descritivos técnico não abrangem características do memorial padronizado neste hospital, sendo eles:

5.4.2.1. Item 08 - Dispositivo para Infusao Venosa Periferica; Com Agulha Em Aco Inox para Coleta de Sangue a Vacuo,para Coletas Multiplas; Com Bisel Trifacetado, Canhão Sem Rebarbas; Adaptador Luer,asas Flexiveis; Extensao de Prolongamento Tubo Em Pvc Flexivel,com 7 Polegadas de Comprimento; Calibre 23g,c/sistema Que Garanta Protecao Total Da Agulha Ou Com Dispositivo de Seguranca; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Apresentar Laudo Que Comprove Sua Esterilidade;

5.4.2.2. Item 26 - Atadura de Crepe; Em Tecido 100% Algodão Ou Misto; Com Dimensao de 15 Cm de Largura x 1,80 Mt de Comprimemto (em Repouso) Peso 32,71 Gramas; As Bordas Devem Ser Devidamente Acabadas, Evitando Desfiamento; Classe Tipo i e Elasticidade de 50%; Enrolada Uniformemente, em Forma Cilindrica; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Atender Que Comprove Cumprimento Nbr 14056;

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A abertura do atual processo licitatório tem por finalidade a aquisição de materiais para atender às necessidades deste Centro Médico. O prazo de vigência da licitação será pelo período de 01 (um) ano, podendo haver prorrogação por igual período, mediante acordo entre as partes e anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº14.133/2021; e havendo possibilidade jurídica de renovação do quantitativo remanescente e do inicialmente registrado, conforme item IV, subitem 17, do Parecer Referencial CJ/PM nº 1/2026, o qual trata do quantitativo da Ata de Registro de Preços (ARP) a ser prorrogado.

6.1.1. A necessidade foi demonstrada no item 2 do presente Estudo Técnico Preliminar - ETP.

6.1.2. Os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP

6.1.3. Foram analisadas as possíveis soluções no item 5 do presente ETP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Conforme já descrito no item 2, as quantidades solicitadas dos materiais foram estimadas considerando o histórico das aquisições dos últimos 03 (três) anos (2023, 2024 e 2025), em anexo ao Processo SEI, assim como as quantidades/embalagem normalmente ofertadas pelo mercado. Em relação ao item 33, a quantidade foi baseada na informação do Formulário de Solicitação de Materiais Descartáveis para Saúde Não Padronizados.

7.2. Considerando a possibilidade de aumento de consumo de alguns itens (02, 03, 04, 05, 06, 08, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30), de alterações de protocolos de atendimento ou sazonalidades no uso, foi acrescida uma quantidade, como margem de segurança, além disso, o quantitativo permite a possibilidade de renovação de Ata.

7.2.1. Informo ainda que o item 32 foi recentemente padronizado e a quantidade estimada foi informada pelo Chefia do Abastecimento Farmacêutico, considerando ser um item essencial para as atividades assistenciais deste Centro Médico.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 442.734,60

8.1. Os valores constantes da tabela do presente Estudo Técnico Preliminar foram obtidos em pesquisa de preços realizada na plataforma Compras.gov.br.

8.2. A planilha indica a mediana dos preços unitários, o valor total estimado e as quantidades adquiridas nos últimos três anos (2023, 2024 e 2025), em anexo ao Processo SEI.

8.3. Como anexo ao Processo SEI, segue a planilha SISGEO, enviada pela Chefia Seção de Licitações, que comprova tais quantitativos adquiridos em 2023, 2024 e 2025.

8.4. Atesto que, a pesquisa de preços atende ao § 3° do Decreto N° 67.888/23, possuindo as contratações da pesquisa com características similares às futuras contratações.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente aquisição será dividida em itens com o objetivo de ampliar a competitividade e corroborar com o artigo 3°, do Decreto N° 11.462/2023, em relação:

9.1.1. a frequente necessidade de contratação dos itens no decorrer do ano;

9.1.2. a entrega parcelada e nas quantidades definidas por unidades divisíveis;

9.1.3. face a natureza do objeto que não permite a definição exata do quantitativo demandando no ano, apenas seu estimativo, face o histórico de aquisições.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Os materiais a serem adquiridos encontram-se previstos no Documento de Formalização de Demanda, em atendimento ao Decreto N° 67.689/2023.

11.2. A contratação alinha-se com o planejamento da Direção do CMed, assessorada pelos chefes da Divisão de Compras e da Divisão de Farmácia Hospitalar e Clínica. Esta assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais materiais para o bom andamento das atividades a que se destina este Centro Médico.

11.3. A despesa fica condicionada a adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a serem indicadas pela Diretoria de Finanças da Polícia Militar do Estado de São Paulo/SP.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. O principal resultado pretendido com a futura aquisição de material é o abastecimento deste Centro Médico, a fim de que não haja descontinuidade no tratamento dos pacientes.

12.1.2. Caso os objetos em tela sejam adquiridos por meio de Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços (SRP), serão permitidas adesões à ata de registro de preços, limitadas nas quantidades descritas na legislação vigente.

12.1.2.1. Face a insuficiência de pessoal capacitado para gerenciar possíveis participantes, nos termos do inciso I, artigo 7° do decreto 11.462/23, não sendo divulgada a intenção de registro de preço, sendo limitada a participação do Centro Médico da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

12.2. A economicidade viável dessa modalidade permite melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, nos termos do inciso IX do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21, como acionamento da respectiva ata/contratação, conforme a demanda , sem onerar o orçamento.

12.3. O prazo de vigência e validade da ATA de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogado por igual período, mediante acordo entre as partes e anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº14.133/2021; e havendo possibilidade jurídica de renovação do quantitativo inicialmente registrado, conforme PARECER n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A Seção de Abastecimento Farmacêutico será responsável pelo cronograma de solicitações de aquisições e capacitação dos servidores para a fiscalização e gestão contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os descartes de medicamentos, materiais médico-hospitalares e produtos correlatos, quando vencidos ou danificados, serão realizados em conformidade com a legislação vigente, por meio de empresa especializada. Ressalta-se que, no momento do descarte, deverão ser observadas as diretrizes do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), de modo a minimizar possíveis riscos químicos e biológicos, em consonância com a RDC nº 222/2018 da ANVISA.

14.2. Conforme o art. 1º da Lei nº 6360/1976 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros.

14.3. Pelo teor do art. 2º desta mesma lei, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º - as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

14.4. Nos termos do art. 2º do Decreto nº 8.077/2013 o exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

14.5. O art.7º do Decreto nº 8.077/2013 determina que os produtos de que trata a Lei nº 6.360, de1976, devem ser registrados junto a ANVISA.

14.6. Para fins de dirimir os possíveis impactos ambientais advindos da presente aquisição, serão exigidos os requisitos transcritos abaixo:

14.6.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

14.6.2. Para o exercício de atividade de comércio, distribuição, armazenamento, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos (produtos para a saúde), será exigida como habilitação da licitante, os seguintes documentos:

14.6.3. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA. Caso a licitante seja dispensada da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa; e

14.6.4. Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, nos termos do artigo 21 da Lei n.º 5.991, de 17 de dezembro de 1973.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável a contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

TATHIANE ALMEIDA GONCALVES CORREA

Equipe de apoio

Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 09:19:03.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO MÉDICO - UASG 180220
PESQUISA DE PREÇO CONFORME DECRETO Nº 67.888, DE 17 DE AGOSTO DE 2023
Divisão de Abastecimento Farmacêutico - Setor de Gestão de Produtos Para Saúde - PARTE Nº CMED - 282/464/2026 **A**
pesquisa de preço detalhada na plataforma do Compras Gov nº 766/2026

Item	Descrição	Siafísico	CATMAT	Quantidade solicitada	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total	QTIDE ADQUIRIDA EM 2023	QTIDE ADQUIRIDA EM 2024	QTIDE ADQUIRIDA EM 2025	DFD	OBS
1	Cateter Desc. Nasal Tipo Oculos Prong Em Silicone Ou Similar Adulto	3573672	621734	6.000	Unidade	R$ 1,57	R$ 9.420,0000	0	0	5.500	273/2025	
2	Valvula de Exalacao Tipo Fonatoria	3442314	621070	200	Unidade	R$ 331,50	R$ 66.300,0000	20	0	0	275/2025	
3	Vaselina Liquida Comercial , Acidez 01ml, Densidade 0, 84 a 0, 89	174475	431301	60	Frasco 1000 Mililitro	R$ 45,67	R$ 2.740,2000	20	0	20	277/2025	
4	Dreno Penrose, N.01, Latex, C/gaze, Esteril	216097	464737	150	Unidade	R$ 2,65	R$ 397,5000	0	0	50	274/2025	
5	Kit Dren.torax, Frasco 1000ml, Dreno Cal.38fr, Silicone, Esteril	399876	619322	100	Unidade	R$ 25,00	R$ 2.500,0000	20	0	30	274/2025	
6	Fita Ades.cirur.poliet.transp.res.acril.(10cm x 4, 5m)	740330	631699	2.000	Unidade	R$ 10,49	R$ 20.980,0000	0	0	100	276/2025	
7	Restritor de Paciente, Uretano, C/munhequeira, Em Poliester, 50cm	1021648	617989	2.000	Unidade	R$ 14,60	R$ 29.200,0000	1.900	0	1.600	275/2025	
8	Dispositivo P/infusao Venosa Periferica P/coleta Vacuo Cal.23g	2334020	437167	30.000	Unidade	R$ 0,85	R$ 25.500,0000	8.000	13.400	7.500	274/2025	
9	Touca Cirur., Desc, Polipropileno, Gramatura 20g	740144	428619	60.000	Unidade	R$ 0,07	R$ 4.200,0000	22.000	68.000	30.000	277/2025	
10	Fita Ades.cirur.algo.br, Eter Sintet.(10cmx4, 5m)	181358	631790	2.000	Unidade	R$ 8,03	R$ 16.060,0000	2.000	0	500	275/2025	
11	Sonda Foley, Bor.nat.balao 30ml, 3vias, Cal.22, Esteril, Emb.p.g.c	177067	436004	200	Unidade	R$ 2,75	R$ 550,0000	0	0	250	275/2025	
12	Sonda Levine para Sondagem Gastrica, Polivinil, 22fr, Longa, Esteril	3002950	449606	200	Unidade	R$ 1,80	R$ 360,0000	60	0	0	275/2025	
13	Sonda Uretral Em Pvc, Numero 4, 35 Cm, Siliconizada, Esteril	3011160	452538	200	Unidade	R$ 0,65	R$ 130,0000	0	0	30	275/2025	
14	Sonda Uretral Em Pvc, Numero 8, 35 Cm, Nao Siliconizada, Esteril	3011216	438409	300	Unidade	R$ 0,64	R$ 192,0000	500	0	100	275/2025	
15	Tubo Latex, Transparente, N.200	141151	445573	3000	Metro	R$ 2,70	R$ 8.100,0000	2.250	0	0	275/2025	
16	Antisseptico Bucal:digl.clorexidina 0, 12%, C/xilitol, Sabor Menta	4851595	341174	230	Frasco 1000 Mililitro	R$ 58,48	R$ 13.450,4000	0	48	48	277/2025	
17	Benzina Categoria Retificada	409499	380630	10	Litro	R$ 50,78	R$ 507,8000	0	0	0	277/2025	Baixo consumo
18	Bisturi Desc.c/cabo Plast.e Lam.aco Carbono C/sistema Seg.nº 15 Esteri	3524779	412835	2200	Unidade	R$ 2,00	R$ 4.400,0000	0	0	1.000	277/2025	
19	Canula Traqueost., Pvc, Desc, C/balao, Cal.8, 0, Rad., Esteril	177474	438090	120	Unidade	R$ 12,60	R$ 1.512,0000	0	0	30	277/2025	
20	Cateter P/embolectomia, Polivinil, Tam 2f, C/marcacao, Esteril	601152	459977	40	Unidade	R$ 117,31	R$ 4.692,4000	0	0	10	273/2025	
21	Cateter P/embolectomia, Polivinil, Tam 5f, C/marcacao, Esteril	308200	459973	40	Unidade	R$ 129,50	R$ 5.180,0000	0	0	10	273/2025	
22	Sonda Nasogastrica Curta, Polivinil, Siliconizada, 12 Fr, Esteril	2995875	438397	50	Unidade	R$ 0,79	R$ 39,5000	100	0	0	275/2025	
23	Fita Ades.cirur.rayon Poliest.c/recort.central(50mmx74mm)c/tira Extra	2365812	483397	60.000	Unidade	R$ 1,25	R$ 75.000,0000	32.000	8.000	22.000	274/2025	
24	Disp.masculino P/incontinencia Urinaria 1 Peca Auto Ad.medio 30mm	2970554	481457	800	Unidade	R$ 2,35	R$ 1.880,0000	1.000	0	500	274/2025	
25	Especulo Auricular Descartável	5302820	479783	3000	Unidade	R$ 0,80	R$ 2.400,0000	0	5.000	0	274/2025	
26	Atadura Crepe, Em Tecido 100% Algodao Ou Misto	129070	628389	20.000	Embalagem 1 Unidade	R$ 0,84	R$ 16.800,0000	8.040	5.400	4.092	275/2025	
27	Adaptador Intermediario Com Conector Em Cotovelo e 01 Cateter Mount	4597095	615987	120	Unidade	R$ 23,29	R$ 2.794,8000	50	0	50	273/2025	
28	Glutaraldeido 2%, Solucao, Ativ.30 Dias	2062798	389527	300	Galão 5 Litro	R$ 142,46	R$ 42.738,0000	140	200	250	274/2025	
29	Lamina para Tricotomizador Cirurgico Inox Comp.tricot.eletrico 3m Nimh	3130959	445397	4000	Unidade	R$ 16,00	R$ 64.000,0000	1.200	1.000	1.000	275/2025	
30	Mascara Laringea, Em Pvc Radiopaco, Numero 5, Esteril	2977621	451036	100	Unidade	R$ 16,00	R$ 1.600,0000	150	0	0	275/2025	
31	Seringa Desc.bico Central Luer Lock, Min. 50ml e No Max. 60ml, S/agulha	974323	439629	2000	Unidade	R$ 1,40	R$ 2.800,0000	3.000	0	2.000	275/2025	
32	Mascara Cirurgica Descartavel Em Torno de 18x9cm 3 Pregas Horizontais 3 Camadas	6079741	485312	130.000	Unidade	R$ 0,11	R$ 14.300,0000	0	0	0	277/2025	Item recém padronizado
33	Agulha P/anestesia Raquidiana Descartavel Quincke 22 g x 3 1/2 Pol	4718755	626576	150	Unidade	R$ 13,40	R$ 2.010,0000	0	0		273/2025	Item solicitado por meio do Formulário de Solicitação de Materiais Descartáveis para Saúde Não Padronizados
						TOTAL:	R$ 442.734,6000					

ITEM	OBSERVAÇÃO: Cotação do item realizada pela internet:
item 6 n° 2	Medjet Ltda. - CNPJ: 16.877.544/0001-76
item 33 n° 3	Medical Lage - CNPJ: 15.557.757/0001-58

ELABORADO POR:
MILENA BARRETO
CB PM 144563-4

Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2026NE00436

UG	180220 - CENTRO MEDICO
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	17MAR2026

CNPJ/CPF/UG	00662315000102 - PHABRICA DE PROD. SERV. DE PROPAG. E PUBL				
Credor	PHABRICA DE PROD. SERV. DE PROPAG. E PUBL				
Endereço	RUA DIAS VIEIRA, 132 - VILA SONIA				
Cidade	SAO PAULO	**UF**	SP	**CEP**	05632-090

Origem Material	1

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	18004	06122181949920000	150010001	33903918	180013	000.000.0100	180402

No Processo	20250807459	**Acordo**			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	**Ref Dispensa**	LEI 14.133/2021		
Licitação	07 - PREGAO	**Modalidade**	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		**Nº Contrato**	2026CT00431	**Nº OC**	

Valor do Empenho R$	95,00 (noventa e cinco reais)

Cronograma

Mês	Valor
03	95,00

Sequência	001	**Item**	00020972-4	**Unid. Forn.**	00001
Quantidade	000000001,000	**Valor Unitário**	95,00	**Preço Total**	95,00

Descrição

SERVICO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EXECUCAO DE SOLUCOES DE COMUNICACAO DIGITAL

Total ou Valor a Transportar R$	95,00
Local de Entrega	AVENIDA NOVA CANTAREIRA,3659
Data de Entrega	17MAR2026

_____

LUIS DANIEL MARIANO VIDAL

25163693875

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	PEDRO HENRIQUE DE CARVALHO - 180220

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2° desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato**:** de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;

c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;

2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;

3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único – Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização**,** deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;

2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;

3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;

4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 – À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;

2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES

Secretário da Segurança Pública

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO III.

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico N.° **PR-220/0169/26 – 90169/26**
Processo: SEI N° **057.00232252/2026-70** – SIAFEM **20260461603**
Objeto: **Formação de Ata de Registro de Preços para a aquisição futura de correlatos à saúde para o Centro Médico da Polícia Militar do Estado de São Paulo.**

ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	UND DE MEDIDA	SIAFÍSICO (SIMILAR)	CATMAT (SIMILAR)	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**						R$ XX,XX	R$ XX,XX
VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS							**R$ XX,XX**	

Observação: No preço proposto estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: execução, natureza dos serviços, quantidade, preços unitários dos materiais, mão de obra, fornecimentos de quaisquer outros materiais para pleno fornecimento dos objetos, conforme as especificações técnicas de cada um, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação destes serviços.

DATA: __/__/___
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Banco do Brasil (nos termos do Dcreto Estadual N.° 62.867/17)
Agência N.° _____
Conta Corrente N.° _____

Dados de responsável para assinatura da Ata acompanhado de prouração (caso couber):
Nome: _____
CPF: _____

E-mail cadastrado na plataforma SEI, para assinatura de Ata: _____

(cadastrar no endereço eletrônico: **https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0)**

(CARIMBO PADRÃO DO CNPJ)

_____
Representante Legal

São Paulo, data da assinatura digital

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ___/___, Processo n° ___/___, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

(Local e data).

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

Governo do Estado de São Paulo
Polícia Militar do Estado de São Paulo
C MED - SEC COMP PROD FARMACÊUTICOS

PLANILHA

Nº do Processo: 057.00232252/2026-70
Interessado: @interessados_virgula_espaco@
Assunto: Pedido Pregão PARTE 282/464/26

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO MÉDICO - UASG 180220
PESQUISA DE PREÇO CONFORME DECRETO Nº 67.888, DE 17 DE AGOSTO DE 2023
Divisão de Abastecimento Farmacêutico - Setor de Gestão de Produtos Para Saúde - PARTE Nº CMED - 282/464/2026 A pesquisa de preço detalhada na plataforma do Compras Gov nº 766/2026

Item	Descrição	Siafísico	CATMAT	Quantidade solicitada	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total	QTIDE ADQUIRIDA EM 2023	QTIDE ADQUIRIDA EM 2024	QTIDE ADQUIRIDA EM 2025	DFD	OBS
1	Cateter Desc. Nasal Tipo Oculos Prong Em Silicone Ou Similar Adulto	3573672	621734	6.000	Unidade	R$ 1,57	R$ 9.420,0000	0	0	5.500	273/2025	
2	Valvula de Exalacao Tipo Fonatoria	3442314	621070	200	Unidade	R$ 331,50	R$ 66.300,0000	20	0	0	275/2025	
3	Vaselina Liquida Comercial , Acidez 01ml, Densidade 0, 84 a 0, 89	174475	431301	60	Frasco 1000 Mililitro	R$ 45,67	R$ 2.740,2000	20	0	20	277/2025	
4	Dreno Penrose, N.01, Latex, C/gaze, Esteril	216097	464737	150	Unidade	R$ 2,65	R$ 397,5000	0	0	50	274/2025	
5	Kit Dren.torax, Frasco 1000ml, Dreno Cal.38fr, Silicone, Esteril	399876	619322	100	Unidade	R$ 25,00	R$ 2.500,0000	20	0	30	274/2025	
6	Fita Ades.cirur.poliet.transp.res.acril.(10cm x 4, 5m)	740330	631699	2.000	Unidade	R$ 10,49	R$ 20.980,0000	0	0	100	276/2025	
7	Restritor de Paciente, Uretano, C/munhequeira, Em Poliester, 50cm	1021648	617989	2.000	Unidade	R$ 14,60	R$ 29.200,0000	1.900	0	1.600	275/2025	
8	Dispositivo P/infusao Venosa Periferica P/coleta Vacuo Cal.23g	2334020	437167	30.000	Unidade	R$ 0,85	R$ 25.500,0000	8.000	13.400	7.500	274/2025	
9	Touca Cirur., Desc, Polipropileno, Gramatura 20g	740144	428619	60.000	Unidade	R$ 0,07	R$ 4.200,0000	22.000	68.000	30.000	277/2025	
10	Fita Ades.cirur.algo.br, Eter Sintet.(10cmx4, 5m)	181358	631790	2.000	Unidade	R$ 8,03	R$ 16.060,0000	2.000	0	500	275/2025	
11	Sonda Foley, Bor.nat.balao 30ml, 3vias, Cal.22, Esteril, Emb.p.g.c	177067	436004	200	Unidade	R$ 2,75	R$ 550,0000	0	0	250	275/2025	
12	Sonda Levine para Sondagem Gastrica, Polivinil, 22fr, Longa, Esteril	3002950	449606	200	Unidade	R$ 1,80	R$ 360,0000	60	0	0	275/2025	
13	Sonda Uretral Em Pvc, Numero 4, 35 Cm, Siliconizada, Esteril	3011160	452538	200	Unidade	R$ 0,65	R$ 130,0000	0	0	30	275/2025	
14	Sonda Uretral Em Pvc, Numero 8, 35 Cm, Nao Siliconizada, Esteril	3011216	438409	300	Unidade	R$ 0,64	R$ 192,0000	500	0	100	275/2025	
15	Tubo Latex, Transparente, N.200	141151	445573	3000	Metro	R$ 2,70	R$ 8.100,0000	2.250	0	0	275/2025	
16	Antisseptico Bucal:digl.clorexidina 0, 12%, C/xilitol, Sabor Menta	4851595	341174	230	Frasco 1000 Mililitro	R$ 58,48	R$ 13.450,4000	0	48	48	277/2025	
17	Benzina Categoria Retificada	409499	380630	10	Litro	R$ 50,78	R$ 507,8000	0	0	0	277/2025	Baixo consumo
18	Bisturi Desc.c/cabo Plast.e Lam.aco Carbono C/sistema Seg.nº 15 Esteri	3524779	412835	2200	Unidade	R$ 2,00	R$ 4.400,0000	0	0	1.000	277/2025	
19	Canula Traqueost., Pvc, Desc, C/balao, Cal.8, 0, Rad., Esteril	177474	438090	120	Unidade	R$ 12,60	R$ 1.512,0000	0	0	30	277/2025	
20	Cateter P/embolectomia, Polivinil, Tam 2f, C/marcacao, Esteril	601152	459977	40	Unidade	R$ 117,31	R$ 4.692,4000	0	0	10	273/2025	
21	Cateter P/embolectomia, Polivinil, Tam 5f, C/marcacao, Esteril	308200	459973	40	Unidade	R$ 129,50	R$ 5.180,0000	0	0	10	273/2025	
22	Sonda Nasogastrica Curta, Polivinil, Siliconizada, 12 Fr, Esteril	2995875	438397	50	Unidade	R$ 0,79	R$ 39,5000	100	0	0	275/2025	
23	Fita Ades.cirur.rayon Poliest.c/recort.central(50mmx74mm)c/tira Extra	2365812	483397	60.000	Unidade	R$ 1,25	R$ 75.000,0000	32.000	8.000	22.000	274/2025	
24	Disp.masculino P/incontinencia Urinaria 1 Peca Auto Ad.medio 30mm	2970554	481457	800	Unidade	R$ 2,35	R$ 1.880,0000	1.000	0	500	274/2025	
25	Especulo Auricular Descartável	5302820	479783	3000	Unidade	R$ 0,80	R$ 2.400,0000	0	5.000	0	274/2025	
26	Atadura Crepe, Em Tecido 100% Algodao Ou Misto	129070	628389	20.000	Embalagem 1 Unidade	R$ 0,84	R$ 16.800,0000	8.040	5.400	4.092	275/2025	
27	Adaptador Intermediario Com Conector Em Cotovelo e 01 Cateter Mount	4597095	615987	120	Unidade	R$ 23,29	R$ 2.794,8000	50	0	50	273/2025	
28	Glutaraldeido 2%, Solucao, Ativ.30 Dias	2062798	389527	300	Galão 5 Litro	R$ 142,46	R$ 42.738,0000	140	200	250	274/2025	
29	Lamina para Tricotomizador Cirurgico Inox Comp.tricot.eletrico 3m Nimh	3130959	445397	4000	Unidade	R$ 16,00	R$ 64.000,0000	1.200	1.000	1.000	275/2025	
30	Mascara Laringea, Em Pvc Radiopaco, Numero 5, Esteril	2977621	451036	100	Unidade	R$ 16,00	R$ 1.600,0000	150	0	0	275/2025	

31	Seringa Desc.bico Central Luer Lock, Min. 50ml e No Max. 60ml, S/agulha	974323	439629	2000	Unidade	R$ 1,40	R$ 2.800,0000	3.000	0	2.000	275/2025	
32	Mascara Cirurgica Descartavel Em Torno de 18x9cm 3 Pregas Horizontais 3 Camadas	6079741	485312	130.000	Unidade	R$ 0,11	R$ 14.300,0000	0	0	0	277/2025	Item recém padronizado
33	Agulha P/anestesia Raquidiana Descartavel Quincke 22 g x 3 1/2 Pol	4718755	626576	150	Unidade	R$ 13,40	R$ 2.010,0000	0	0		273/2025	Item solicitado por meio do Formulário de Solicitação de Materiais Descartáveis para Saúde Não Padronizados

TOTAL:	R$ 442.734,6000

ITEM	OBSERVAÇÃO: Cotação do item realizada pela internet:
item 6 n° 2	Medjet Ltda. - CNPJ: 16.877.544/0001-76
item 33 n° 3	Medical Lage - CNPJ: 15.557.757/0001-58

ELABORADO POR:
MILENA BARRETO
CB PM 144563-4

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Milena Barreto**, **CABO PM**, em 22/05/2026, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0108534636** e o código CRC **69D89E86**.

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SÃO PAULO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CENTRO MÉDICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

180.220

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O Estado de São Paulo, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, através do Centro Médico da Polícia Militar do Estado de São Paulo (UGE 180.220), com sede no(a) Avenida Nova Cantareira, 3659, Tremembé – CEP:02341-001 na cidade de São Paulo/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.198.514/0026-02, neste ato representado(a) pelo(a) seu Dirigente (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/_____] nº ....., de ..... de ..... de 202..., publicado(a) no DOE de ..... de ..... de ....., [portador(a) da identificação funcional_____ nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº ..... , no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 057.00232252/2026-70 – SIAFEM 20260461603, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de materiais correlatos à saúde, para o Centro Médico da Polícia Militar Estado de São Paulo, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº90169/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	UND DE MEDIDA	SIAFÍSICO (SIMILAR)	CATMAT (SIMILAR)	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		6.000	Unidade	3573672	621734	R$ XX,XX	R$ XX,XX
02	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		200	Unidade	3442314	621070	R$ XX,XX	R$ XX,XX
03	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		60	Frasco 1000 Mililitro	174475	431301	R$ XX,XX	R$ XX,XX
04	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		150	Unidade	216097	464737	R$ XX,XX	R$ XX,XX
05	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		100	Unidade	399876	619322	R$ XX,XX	R$ XX,XX
06	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		2.000	Unidade	740330	631699	R$ XX,XX	R$ XX,XX
07	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		2.000	Unidade	1021648	617989	R$ XX,XX	R$ XX,XX
08	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		30.000	Unidade	2334020	437167	R$ XX,XX	R$ XX,XX

09	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		60.000	Unidade	740144	428619	R$ XX,XX	R$ XX,XX
10	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		2.000	Unidade	181358	631790	R$ XX,XX	R$ XX,XX
11	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		200	Unidade	177067	436004	R$ XX,XX	R$ XX,XX
12	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		200	Unidade	3002950	449606	R$ XX,XX	R$ XX,XX
13	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		200	Unidade	3011160	452538	R$ XX,XX	R$ XX,XX
14	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		300	Unidade	3011216	438409	R$ XX,XX	R$ XX,XX
15	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		3.000	Metro	141151	445573	R$ XX,XX	R$ XX,XX
16	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		230	Frasco 1000 Mililitro	4851595	341174	R$ XX,XX	R$ XX,XX
17	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		10	Litro	409499	380630	R$ XX,XX	R$ XX,XX

18	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		2.200	Unidade	3524779	412835	R$ XX,XX	R$ XX,XX
19	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		120	Unidade	177474	438090	R$ XX,XX	R$ XX,XX
20	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		40	Unidade	601152	459977	R$ XX,XX	R$ XX,XX
21	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		40	Unidade	308200	459973	R$ XX,XX	R$ XX,XX
22	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		50	Unidade	2995875	438397	R$ XX,XX	R$ XX,XX
23	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		60.000	Unidade	2365812	483397	R$ XX,XX	R$ XX,XX
24	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		800	Unidade	2970554	481457	R$ XX,XX	R$ XX,XX
25	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		3.000	Unidade	5302820	479783	R$ XX,XX	R$ XX,XX
26	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		20.000	Embalagem 1 Unidade	129070	628389	R$ XX,XX	R$ XX,XX

27	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		120	Unidade	4597095	615987	R$ XX,XX	R$ XX,XX
28	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		300	Galão 5 Litro	2062798	389527	R$ XX,XX	R$ XX,XX
29	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		4.000	Unidade	3130959	445397	R$ XX,XX	R$ XX,XX
30	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		100	Unidade	2977621	451036	R$ XX,XX	R$ XX,XX
31	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		2.000	Unidade	974323	439629	R$ XX,XX	R$ XX,XX
32	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		130.000	Unidade	6079741	485312	R$ XX,XX	R$ XX,XX
33	**Descrição:** **Marca/Modelo:** **N.° Registro Anvisa:**		150	Unidade	4718755	626576	R$ XX,XX	R$ XX,XX
VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS							**R$ XX,XX**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão ou entidade gerenciadora será o Centro Médico da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

3.1. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência desta ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os limites e regras estabelecidos neste instrumento, bem como os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.1.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.1.2. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.1.3. O prazo para efetivar a contratação de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.1.4. O órgão ou entidade integrante da ata de registro de preços poderá aderir, na qualidade de não participante, a item(ns) para o(s) qual(is) não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos das subdivisões deste item 4.

4.1.5. É da competência do respectivo órgão ou entidade que tenha aderido à ata na condição de não participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação à sua própria contratação, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

Dos limites para as adesões

4.1.6. As contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os participantes.

4.1.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, haverá quantitativo adicional [equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de

modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado].

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A fase de apresentação de amostra(s) e a habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

b) restabelecer os quantitativos que já tenham sido contratados desta ata de registro de preços quando da prorrogação de que trata o item 5.1.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;

b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;

b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou

d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea "d" da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

a) por razão de interesse público;

b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou

c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

11.3. O fornecedor terá o prazo de 02(dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo fornecedor:

11.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

11.3.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma)via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados, encaminhando-se cópia ao(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) mencionado(s) no item 3.2 [se houver].

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Anexo

Cadastro de Reserva

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original: